



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 21 de Novembro de 2019

Alfabetizar adultos é prioridade de programa para o Nordeste

Aumentar a taxa de alfabetização de pessoas maiores de 15 anos dos atuais 85,5% para 90% até 2023, é o objetivo do programa Analfabetismo Zero, que faz parte do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), debatido ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Segundo o representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Renato Oliveira, outro projeto considerado fundamental no PRDNE é a interligação de regiões geográficas intermediárias por cabo óptico para levar serviços de tecnologia, como internet de alta velocidade.

São 48 regiões consideradas intermediárias, de acordo com levantamento do IBGE. Dessas, nove são polarizadas pelas capitais da região. Outros 51 municípios são prioritários no plano, que terá vigência de 2020 a 2023 e tramitará juntamente com o Plano Plurianual (PPA).

Oliveira destacou que, ape-

sar da defasagem da região em aspectos de desenvolvimento quando comparada ao restante do país, o Nordeste tem grande potencial em energia limpa e renovável e em turismo, por exemplo. O PRDNE prevê ações para a exploração desses recursos.

O projeto de lei do governo que cria o plano chegou ao Congresso na terça-feira e começa a tramitar na Câmara dos Deputados.

De acordo com a representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Franciele Garcia, o principal eixo da proposta é o da inovação para o crescimento sustentável e inclusivo do Nordeste.

— O desafio é atrair empresas que introduzirão novas tecnologias, como a internet das coisas, a internet 4.0. É um capital intelectual que supera muitas vezes os desafios regionais e propõe soluções para outras áreas e até para fora do Brasil. É preciso valorizar o empreendedorismo nascente em forma, por exemplo, de *startups* — disse.

MEC vincula repasses a bom ambiente escolar

Iniciativa tem por base proposta anterior do movimento Escola sem Partido

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que a manutenção de um bom ambiente escolar será um dos critérios utilizados pelo governo federal para repasse de verba às redes públicas de ensino.

A afirmação foi dada durante cerimônia para assinatura de protocolo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para a promoção de uma “cultura de paz nas escolas”.

O ministro respondia a uma pergunta sobre como o governo desenvolveria políticas públicas para minimizar os problemas de bullying. “Quem não performar bem, cuidar bem do ambiente nas escolas, vai ser prejudicado no envio de recursos pelo governo federal”, disse

Weintraub, sem detalhar como isso seria feito.

Weintraub reconheceu que o documento reedita o “Escola de Todos”, ofício enviado às secretarias de Educação em setembro e que remete às ideias do Escola Sem Partido, iniciativa que se diz contrária a uma suposta doutrinação de esquerda nas escolas.

Não há qualquer estudo que comprove a predominância de um viés político por parte dos professores. O combate a uma pretensa ideologia nas escolas foi uma das principais bandeiras da campanha de Jair Bolsonaro.

Segundo Weintraub, trata-se do terceiro passo na direção de uma estrutura operacional para garantir um ambiente plural, fraterno e de respeito mútuo entre alunos e professores.

Além do ofício e do protocolo, o ministro diz que os livros didáticos a serem distribuídos em 2020 trarão orientações sobre como os alunos

podem informar ao governo caso se sintam de alguma maneira prejudicados no convívio escolar. As denúncias poderão ser feitas por telefone, internet e aplicativo para celular.

“O ambiente no Brasil estava muito conflagrado. Ao fazer gradualmente, é mostrar que não estamos passando por cima do direito de ninguém”, afirmou.

A União contribui com o financiamento da educação básica fundamentalmente de duas formas. Uma é pela complementação via Fundeb aos Estados que não atingem o investimento mínimo anual por aluno. Neste caso, não haveria margem para mudar os repasses porque o Fundeb funciona como uma subvinculação do orçamento.

Outra é por projetos específicos, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que ajuda, de maneira suplementar aos recursos municipais e estaduais, na implementação de iniciativas como o novo ensino médio.

Gestão Covas cria site para locação direta de imóveis de creches

Emílio Sant'Anna

SÃO PAULO Para racionalizar a escolha dos locais para a instalação de creches conveniadas com organizações sem fins lucrativos, a Prefeitura de São Paulo lança nesta quinta-feira (21) um site para o cadastro de imóveis de proprietários interessados em disponibilizá-los para locação.

Caberá à administração municipal fazer todo o processo de escolha dos imóveis, ficando a entidade parceira que irá administrar a creche fora dessa etapa.

Os proprietários poderão acessar o endereço imoveis.sme.prefeitura.sp.gov.br para cadastrar seus imóveis.

Como a *Folha* mostrou, em abril de 2018, o município pagava valores superfaturados na locação desses prédios, havia direcionamento de locadores e influência política nas entidades escolhidas para prestar o serviço à Secre-

taria Municipal de Educação.

A assinatura de convênios com organizações particulares sem fins lucrativos foi o meio que a atual e as últimas gestões encontraram para diminuir o déficit de creches na capital paulista. Até o fim de setembro, 75.267 crianças aguardavam ser chamadas.

Para tentar diminuir essa fila, a gestão Bruno Covas vai comprar vagas avulsas em creches particulares da cidade.

Pelo projeto enviado à Câmara, a prefeitura gastará R\$ 727 por criança. A ação é voltada apenas a crianças em situação de vulnerabilidade.

Às vésperas do ano eleitoral, a medida é uma tentativa de atingir a meta de criação de mais de 85 mil vagas na cidade. Até o fim de setembro foram geradas 52,8 mil vagas.

À *Folha* o secretário de Educação, Bruno Caetano, afirma que o projeto enviado à Câmara prevê uma trava no número de vagas criadas dessa forma



Criamos o site para ampliar a transparência às vagas e para que a própria cidade nos ajude a saber onde há imóveis que a busca ativa da secretaria não encontrou

Bruno Caetano

secretário municipal de Educação de São Paulo





para evitar que elas cresçam demais em relação ao total da rede. “Deve ficar em torno de 10% das cerca de 340 mil vagas”, afirma.

O novo site irá permitir acompanhar a demanda de vagas por regiões da cidade e a formação de um cadastro de possíveis imóveis.

“Criamos o site para ampliar a transparência às vagas e para que a própria cidade nos ajude a saber onde há imóveis que a busca ativa da secretaria não encontrou”, diz o secretário.

Proprietários ou corretores poderão saber se o imóvel cadastrado está em um local de interesse do poder público. Após o preenchimento do cadastro, um número de protocolo será gerado e, num prazo de 30 dias, a prefeitura enviará um email com o resultado da análise técnica e vistoria do prédio.

Além do endereço, os interessados também poderão colocar fotos e a planta dos imó-

veis e conferir as características necessárias para a escolha.

Algumas delas são: prédio de alvenaria, bem ventilado, que receba iluminação natural, com banheiros com possibilidade de adaptação para fraldário/vasos sanitários infantis, cozinha ampla, com espaço para refeitório e despensa, espaço externo para instalação de playground e solário.

De acordo com o secretário, a ferramenta será útil para ajudar a prefeitura a criar parâmetros para os valores pagos aos proprietários.

Em outubro, a gestão Covas decidiu exonerar gestores de 104 creches da cidade de São Paulo por suspeita de desvios e de falsificação de documentos.

A Secretaria da Educação anunciou que apurou, em parceria com a CGM (Controladoria Geral do Município), que as 104 unidades apresentaram diferenças na prestação de contas na casa de R\$ 10 milhões. No processo, foi compa-

rado, por exemplo, o declarado e o recolhido em benefícios sociais de funcionários contratados. A reportagem apurou que algumas entidades, após questionamentos, nem sequer apresentaram defesa no prazo previsto.

O problema mais evidente encontrado foram desvios de encargos sociais de trabalhadores e falsificação de guias. No entanto, a máfia das creches é suspeita de crimes como apropriação indébita, peculato, formação de quadrilha, ocultação de patrimônio e até de desviar comida das crianças.

Desde o ano passado, a **Folha** vem publicando reportagens que mostram possíveis irregularidades, aluguéis superfaturados e loteamento político em creches municipais, o que já serviu de base para uma operação policial e também para uma investigação no Ministério Público.

Colaborou Artur Rodrigues

Governo quer tirar verba de quem ignora denúncia escolar

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro planeja punir municípios e estados que não tomarem atitudes frente a denúncias relacionadas ao bom ambiente nas escolas. A ideia é barrar o envio de recursos federais para as redes de ensino.

A iniciativa integra um projeto que busca, segundo o governo, aproximar a família da escola e inclui criar um canal de denúncias diretas ao governo, via ministérios da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Os ministros Abraham Weintraub (Educação) e Damares Alves (Mulher) apresentaram nesta quarta (20) alguns detalhes da iniciativa. Foi assinado um protocolo interministerial, celebrado no momento em que se completa 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança da Unicef ratificada pelo Brasil.

O texto prevê a divulgação de

informações que retomam o que é preconizado pelo movimento Escola sem Partido, como liberdade religiosa, respeito a convicções, pluralismo de ideias e veto a “propagandas de qualquer natureza” nas salas de aula. Também cita intimidação e bullying.

São temas que coincidem com um cartaz que o movimento pede que seja afixado em salas de aula, listando seis deveres do professores, segundo projeto de lei que tramita na Câmara com apoio de parlamentares fiéis a Bolsonaro.

Damares —que repetiu sua frase de “que o estado é laico, mas eu sou terrivelmente cristã”— disse que a iniciativa busca estabelecer “uma nova era entre família e escola” e “não tem aqui nenhuma jornada contra educador”.

Na terça-feira (19), ela falara da criação do canal de denúncias, dizendo que “a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”.

O Escola sem Partido surgiu para coibir uma suposta doutrinação política de esquerda nas escolas e abraçou a pauta contra abordagens de questões de gênero na educação, sendo apoiado por grupos religiosos e conservadores.

Críticos indicam que os partidários do movimento buscam limitar o que o professor diz na sala de aula em nome de convicções religiosas.

A Convenção dos Direitos da Criança prevê, em seu artigo 29, que os Estados partes reconheçam que a educação da criança deve estar orientada, entre outras coisas, para prepará-la para assumir “uma vida responsável em uma sociedade livre” e com “igualdade de gênero”.

Questionada sobre como essa iniciativa irá fortalecer ações para combater a homofobia na escola, que segundo pesquisa recente atinge 7 de cada 10 estudantes LGBT, Damares disse que agora os meninos e meninas poderão falar direto com o governo.





“Poderá falar direto com nossos canais, não vamos mais de instituições intermediando e apresentando as pesquisas para nós, nós queremos falar com essa criança, adolescente e jovem”, diz. “Estamos muitos preocupados com bullying, intimidação”, completou, sem citar homofobia. O combate ao suicídio e automutilação entre jovens é prioridade da ministra.

Weintraub, por sua vez, disse que o canal possibilitará que o denunciante escolha para onde a reclamação será direcionada (temas acadêmicos ou de ensino ficarão com o MEC, e outros com o ministério da Mulher, segundo poucos detalhes apresentados).

O conteúdo do novo protocolo

irá também compor os livros didáticos, segundo o ministro. Haverá material prevendo etapas para enfrentamento de problemas, iniciando com o diálogo na escola e depois com a secretaria. Ao mesmo tempo, o governo federal já pode ser acionado.

“Isso tem que ser resolvido porque se não o município vai ser prejudicado, o secretário de Educação vai ser prejudicado no sentido de envio de recursos”, disse. “Quem não performar bem e não cuidar do ambiente adequado dentro das escolas vai ser prejudicado no envio de recursos do governo federal, [isso] vai entrar como critério”.

O canal de denúncias nas escolas

Em nova decisão equivocada, que poderá prejudicar o ambiente nas escolas, a ministra dos Direitos Humanos, Damare Alves, anunciou que, por iniciativa dela e do ministro da Educação, Abraham Weintraub, o governo lançará um canal para que os pais de alunos possam denunciar professores que, em suas aulas, atentem “contra a moral, a religião e a ética da família”.

“Temos o conceito do que é bom”, afirmou a ministra, sem esclarecer qual será o formato do canal de denúncias. Segundo ela, o governo pretende lançá-lo ainda neste ano, com o objetivo de estimular parcerias entre escola e família, “onde cada um esteja ciente de seu dever e papel”. Paralelamente a essa iniciativa, tramita na Câmara um projeto apresentado pela deputada Bia Kicis (PSLDF), vinculada ao presidente Jair Bolsonaro, que confere aos alunos da rede pública o direito de gravar aulas, “a fim de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais de ter ciência do processo pedagógico”.

Relegando para segundo plano o fato de que esse tipo de medida é adotado somente em regimes autoritários, independentemente de sua cor ideológica, ao justificar a iniciativa Damare alegou que o governo Bolsonaro está cumprindo apenas o que determina a lei. E, em vez de buscar fundamento jurídico na Constituição

Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ela invocou um dispositivo da Convenção de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), mais conhecido como o Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. “Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”, disse ela.

Do ponto de vista jurídico, o argumento é uma aberração. Em primeiro lugar, porque a Convenção é um texto programático – ou seja, enuncia princípios. Por isso, não pode se sobrepor à Constituição, que é um texto mandatório, e que no artigo relativo às garantias fundamentais e às liberdades públicas é taxativa ao garantir as liberdades de manifestação do pensamento,

de consciência, de expressão da atividade intelectual e de cátedra.

Em segundo lugar, a ministra se esquece – ou ignora – que a ênfase do Pacto de San José da Costa Rica à moral, à religião e aos valores da família tem por objetivo garantir o pluralismo de identidades e de valores em sociedades heterogêneas, principalmente no caso da América Latina, integradas por distintas populações indígenas e imigrantes europeus, asiáticos e africanos. Em outras palavras, a Convenção da OEA segue uma linha programática diametralmente oposta à do governo Bolsonaro, que despreza o pluralismo ao tentar impor o que entende como moral, religião e ética ao professorado brasileiro. Custa a crer que a ministra dos Direitos Humanos e o ministro da Educação invoquem uma convenção de direitos humanos para justificar uma iniciativa autoritária, que os afronta acintosamente.

Do ponto de vista pedagógico, a iniciativa do governo é, também, absurda. A desconfiança dos pais com relação aos professores, por exemplo, acabará prejudicando a aprendizagem dos alunos, advertem os pedagogos. “Eles precisam estar expostos a opiniões diferentes e a iniciativa do governo vai atrasar ainda mais o País”, afirma Priscila Cruz, presidente do movimento Todos pela Educação. “Esse tipo de estratégia prejudicará o diálogo”, diz Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Também há quem lembre que o governo está confundindo política pedagógica com autonomia didática. E, igualmente, quem chame a atenção para o risco de as denúncias dos pais comprometerem o princípio da autoridade em sala de aula.

A verdade é que, apelar para o denunciismo como instrumento para impor uma visão de mundo padronizada a todos os professores e escolas do País, sob a justificativa de defender a moral, a religião e a ética da família, é uma iniciativa que expressa uma perigosa forma de messianismo e de autoritarismo.

A sexta economia do mundo é a última em qualidade da educação

A cada três anos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realiza o Programme For International Student Assessment (Pisa), pelo qual avalia, de modo comparado e amostral, estudantes matriculados a partir do sétimo ano do ensino fundamental, na faixa etária entre 14 e 16 anos. A avaliação é feita nas disciplinas de linguagem, matemática e ciências. A prova é realizada em 70 países que compõem a organização ou que são convidados a participar do torneio. O programa Internacional de Avaliação de Alunos, ocorre desde 2000 e se tornou instrumento para medir não só o desempenho dos alunos, mas, sobretudo, a importância que cada país devota à educação básica de seus cidadãos.

Numa época em que parte do mundo desenvolvido entra na quarta revolução industrial, com a combinação de máquinas com processos digitais e a produção de bens modificará, de modo radical, a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos, é imprescindível que cada país promova as reformas adequadas no ensino para a nova era tecnológica que começou.

No novo mundo que se descortina, o conhecimento de base tecnológica será o principal referencial de riqueza de uma nação. A introdução da robótica e da digitalização diretamente nas linhas de produção, criando as fábricas inteligentes, aliadas aos avanços na nanotecnologia, na neurotecnologia, na biotecnologia, na inteligência artificial entre outras

descobertas, necessitarão de mão de obra cada vez mais especializada e mais afeita a esse novo mundo.

Com novas maneiras de produzir e consumir, muitos daqueles empregos e afazeres tradicionais que hoje conhecemos vão desaparecer e substituídos por outros totalmente diversos. A automação geral do século 21 é uma realidade e a ela se liga, mais do que nunca, a educação de qualidade com ênfase nas novas habilidades. Nesse quesito em particular da perfeita interação do homem com as novas tecnologias, o Brasil, reconhecem, com desalento, as próprias autoridades, vai muito mal.

A qualidade da educação em nosso país, medida em praticamente todos os rankings mundiais, mostra, de forma clara, que, em comparação com os principais países do globo, o nosso desempenho é vergonhoso. Entre os 70 países avaliados periodicamente pela OCDE, oscilamos sempre nos últimos lugares. Em 2015, por exemplo ficamos na 65ª posição, ou seja, na rabeira do mundo.

No Brasil a relação investimento e qualidade da educação, como mostram esses rankings, não andam juntas. Nosso país chega a investir nesse setor mais do que outras nações em desenvolvimento, aplicando algo em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), embora a relação investimento por aluno (per capita) seja uma das piores do mundo. São 5,6 mil dólares por aluno contra 9,7 mil dólares, em média, nos países da OCDE.

Em 3 de dezembro próximo, a OCDE divulgará os resultados de

2018 do Pisa. O ministro da Educação, Abraham Wientraub, antecipou que a nova avaliação o Brasil será a pior da América Latina. Para um país que hoje é considerado a sexta maior economia do mundo, uma realidade como essa na educação, aponta para um desequilíbrio tremendo entre o quesito material e de riqueza e o intelectual ou humano.

A frase que foi pronunciada

“O ser humano é aquilo que a educação faz dele.”

Immanuel Kant, filósofo alemão.

Leitura

» Pergunta que não calou no material de divulgação do aniversário da Biblioteca Demonstrativa do INL: é para chorar ou comemorar? Maria da Conceição Moreira Salles foi uma incansável defensora do local, daí o novo nome merecidamente batizou a biblioteca. Essa é a parte agradável. Por outro lado, depois de 49 anos, não há o que comemorar. Assim como o Teatro Nacional, o local continua fechado. Marcos Linhares assumiu a frente indo e vindo da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Secec), Ministério do Turismo (que engoliu a Cultura) para reativar o local. A esperança de Linhares, presidente do Sindicato dos Escritores do DF e porta-voz do Fórum do Livro e da Leitura do DF é que Adão Cândido deixe esse legado aos brasilienses: uma parte da história da cidade reconstruído e pronto para os leitores da capital. Vamos acreditar no secretário Adão Cândido. Veja a promessa feita no Blog do Ari Cunha.





Para frente

» Abrigada no Royal Tulip, a I Exposição Temática e Interativa de resultados dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. O evento vislumbra a parte prática do pós-encontro. Aproximação com o Setor Produtivo (coordenado pelo Sebrae), com o Setor Público (coordenado pelo CNPq/CGEE), além de Oficinas de Divulgação Científica (coordenadas pelo INCT de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia). Houve também a reunião dos coordenadores de INCT com a Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação

História de Brasília

Os estoques dos supermercados estão piorando muito. Há artigos onde não há concorrência, e macarrão é um deles. (Publicado em 6/12/1961)

Educação: caminhos para a inclusão

RUY ALTENFELDER

Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ) e do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea/fiesp)

Professores desmotivados, despreparados e até agredidos pelos alunos. Pais ausentes do processo educacional dos filhos. Descaso pela qualidade de gestão escolar e indicações políticas sem critério de mérito para cargos de direção. Elevado número de desvios de verbas apurados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Essas são algumas das linhas que configuram um dos mais preocupantes gargalos do desenvolvimento nacional: a precária qualidade do ensino, que compromete o presente e ameaça o futuro.

Não houvesse outros motivos, bastaria o impacto da escolaridade no processo de inclusão e ascensão social das camadas menos favorecidas da sociedade, para tornar a questão uma das prioridades centrais dos governantes. Para corrigir e reverter a degradação do sistema de ensino — um universo de unidades da Federação, 5.570 municípios, mais de 50 milhões de alunos e 5 milhões de funcionários distribuídos por mais de 200 mil escolas do ensino fundamental e médio — um bom começo fosse o resgate da figura do professor.

Entre 2012 e 2013, houve queda de pelo menos 22 mil concluintes dos cursos de licenciatura, segundo o Censo do Ensino Superior. Além de prejudicar a qualidade de ensino, as reconhecidas deficiências da gestão escolar são fator de desestímulo, pois os professores mais interessados e motivados se veem privados de boas condições para exercer o ofício. Primeiro ponto a receber crítica dos especialistas: a prevalência de indicações políticas para cargos de gestão, quase sempre sem respeito a critérios de competência ou formação profissional.

A mídia tem se ocupado do tema ao afirmar que a má qualidade do ensino não se deve — como muito se fala — à escassez de recursos orçamentários. Se ainda havia dúvida quanto a isso, ela seria eliminada pelo volume de dinheiro distribuído pelo Ministério da Educação a estados e municípios.

Apesar da fartura de reais, a maior parte dos estados beneficiados não atingiu a média nacional do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb). Além da má gestão, os recursos são alvo de corrupção, segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). A PF já prendeu ex-prefeitos, vereadores e secretários de Educação por desvios milionários na educação. Entre os ralos pelos quais escoia o dinheiro, há gastos perdulários, falhas administrativas, contratos irregulares,

superfaturamento, fraudes em licitações, notas fiscais frias.

A CGU apontou, ainda, a falta de preparo técnico dos integrantes dos conselhos de acompanhamento do Fundeb, criados para promover o controle social dos gastos do fundo. Boa parte deles não monitorou a aplicação das verbas, não supervisionou a realização do Censo Escolar nem acompanhou a elaboração do orçamento anual da educação nos respectivos municípios. E, para piorar a situação dos sofridos professores, boa parte das prefeituras não destina os 60% dos recursos para pagamento dos educadores.

Há casos de professores e diretores escolares que conseguem driblar as dificuldades e obtêm resultados surpreendentes nos quesitos qualidade do aprendizado e respeito das comunidades em que atuam. De um lado, eles despertam admiração e aplausos. De outro, causam perplexidade e até desencanto com nossas lideranças políticas. Isso porque, embora raros, eles valem por indiscutível prova de que, com correta política pública de educação, as escolas poderiam ser a mais sólida alavanca para a redução das desigualdades sociais.

Como mostram os indicadores, a qualidade vem subindo a passos de tartaruga, até por consequência de outra falha: a resistência à adoção de





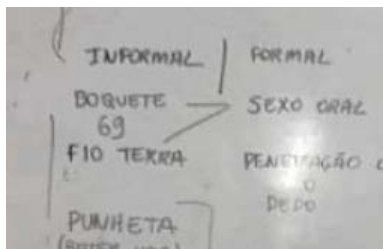
sistema de avaliação do desempenho dos gestores, dos professores e dos alunos. Sem instrumentos eficazes de fiscalização da aplicação dos recursos, o ensino público continuará a ser a prova viva de que nem sempre o que falta é dinheiro para corrigir as distorções e melhorar o desempenho do mestre e do aluno. A qualidade da educação depende de ética no trato da coisa pública, de competência na gestão e do olhar vigilante da sociedade.

CONTEÚDOS OBSCENOS »

Impedido de assumir contratos

Secretaria de Educação afastou e abriu processo administrativo contra o professor acusado de ministrar temas de cunho sexual para crianças

DARCIANNE DIOGO



Quadro com termos relacionados a sexo: mãe instruiu filha a tirar fotos

O professor temporário de português do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 104 Norte acusado de lecionar conteúdos obscenos para alunos do 6º ano não poderá mais assumir contratos em escolas vinculadas à Secretaria de Educação (SEEDF). Além disso, a pasta abriu um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra ele.

O docente, de 25 anos, deu aulas na instituição de ensino por 20 dias para substituir um outro professor. O diretor da escola, Alessandro Rodrigues, afirmou que, assim que foi contratado, o docente foi orientado pela coordenação sobre quais conteúdos deveriam ser

ministrados aos estudantes, que têm de 10 a 11 anos. “A princípio, não houve nenhuma reclamação, mas não demorou muito para os pais começarem a relatar os ocorridos. Imediatamente tomamos uma atitude e registramos um boletim de ocorrência”, disse.

No mesmo dia do fato, na última quarta-feira, o professor teve o contrato suspenso pela SEEDF. Na segunda-feira, a equipe de coordenação convocou uma reunião com os pais e responsáveis. “Explicamos todos os procedimentos e, inclusive, contratamos uma outra docente para os alunos não ficarem sem aula. Confesso que, em 30 anos de profissão, nunca vi isso acontecer. Essa abordagem sexual não se dá nessa série de forma alguma. Todos nós estamos chocados com a situação”, contou o diretor. Ainda de acordo com ele, as crianças terão atendimentos com psicólogos da instituição.

Postura

A representante de vendas Jocilene Frazão, 41, é mãe de uma das alunas que tirou fotos do quadro, no momento em que o professor dava a aula com temas sexuais. Segundo ela, a filha, de 12 anos, começou a relatar comportamentos estranhos do docente em sala. “Percebi que ela não estava querendo ir às aulas de português.

Quando foi na última na quarta-feira, minha filha me disse que, quando chegou à sala, se deparou com a pornografia no quadro”, afirmou.

Após as reclamações, Jocilene sugeriu à filha que tirasse fotos do quadro para comprovar a atitude. “Ela posicionou o celular embaixo do caderno, com muito medo, mas registrou tudo. Quando vi, fiquei abismada. No mesmo dia, mostrei para a equipe de coordenação e pedi uma explicação.”

Nas fotografias tiradas pela estudante, o professor escreve as instruções de como deveria ser feita a redação: “Escrever sobre polidez e transformações afetivo-sexuais na adolescência. Sexo oral, penetração e preliminares”, dizia um dos textos escritos na lousa. Na ocasião, o docente teria convidado, ainda, uma menina e um menino para ir à frente da classe tocar os próprios órgãos genitais.

O caso foi registrado na 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte). Conforme a ocorrência, as crianças ficaram assustadas e algumas até se recusaram a assistir à aula. A investigação é tratada como prioritária pela polícia. Por isso, a corporação informou que não prestará mais informações, a fim de garantir o êxito da apuração, bem como preservar as crianças e os adolescentes.